

**AO PREGOEIRO / À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA/PA

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 022/2026

Impugnação ao Edital

Ilmo. Sr. Responsável,

**COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.**, neste ato representada na forma de sua procuração vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 5º, XXXIV, "a" da Constituição da República e no item 19 e seguintes do Edital em epígrafe, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com base nos fatos e fundamentos que passa a expor.

**1. DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DESTE PEDIDO**

**1.1 Do cabimento da impugnação**

O certame licitatório em epígrafe possui como objeto: *Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e hospitalares destinados à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), vinculada ao Fundo Municipal de Saúde de Itaituba-PA, mediante especificações constantes no Termo de Referência.*

Nesse sentido, registre-se que a Constituição da República, em seu artigo 5º, XXXIV, "a", assegura o direito de petição ao Poder Público:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) **o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.**

Ademais, o próprio Edital, em seu item 19 e seguintes, disciplinou a possibilidade de impugnação de suas disposições.

Perfeitamente cabível, portanto, a presente Impugnação ao Edital.

**1.2 Da tempestividade do pedido**

Naquilo que diz respeito à tempestividade da presente impugnação, o Edital em seu item 19.1 disciplina de forma expressa que até 3 dias úteis antes da data da abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o mesmo.

Cito:

**19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, através de envio, na forma eletrônica.

19.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Assim, estando a data de abertura prevista para o dia 11/05/2026, a data final para a apresentação do presente petítório é o dia 06/05/2026, o que o torna perfeitamente tempestivo.

**1.3 Da existência de ilegalidades insanáveis no Edital**

Registre-se que é através do instrumento convocatório que a Administração Pública define o objeto da licitação, fixa os parâmetros de julgamento e torna previsíveis os critérios a serem avaliados no curso do processo licitatório.

Em outras palavras, cumpre ao Edital definir os direitos e deveres da Administração e dos possíveis contratantes, conferindo estabilidade e segurança jurídica ao certame, pelo que "[a] Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada" (princípio da vinculação ao instrumento convocatório).

Assim, depois de publicado o instrumento convocatório e transposto o prazo de impugnações e esclarecimentos, não se admitem – salvo previsão expressa da Lei – quaisquer alterações unilaterais e/ou supressões aos termos antes afixados. O edital impõe, de forma vinculante, os provimentos a serem concretizados pela Administração Pública e pelos particulares.

É nesse sentido, portanto, o posicionamento do E. Superior Tribunal de Justiça:

*O 'Edital' no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, e norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o 'objeto da licitação', discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.<sup>1</sup>*

Assim, a modificação do Edital para corrigir eventuais distorções no procedimento antes da abertura da sessão é medida que se impõe, seja em atendimento a pedido de interessado, seja *sponte propria*.

Esclarece-se, desde já, que tal pedido não deve ser entendido como uma crítica negativa ao ato convocatório, mas sim e unicamente como uma oportunidade para a Administração Pública aperfeiçoar esse instrumento e seus anexos, conferindo segurança jurídica, razoabilidade e competição sadia ao certame que se levará a cabo, bem como, para que, mediante essa colaboração, seja possível o suprimento de ilegalidades, como é o caso.

<sup>1</sup> STJ, MS 5.418/DF - 1ª S., Min. Demócrito Reinaldo, DJ, 01.6.1998, p. 24.

Dessa forma, e por constituir medida de rigor à adaptação do presente Edital, principalmente ante a necessária demonstração de boa-fé das empresas participantes, para fazer incluir previsão editalícia sem a qual não se pode desenvolver licitamente o objeto pretendido, vem a Requerente, tempestivamente, propor o que se segue.

## 2. DA ILEGALIDADE EM RAZÃO DE RESTRIÇÃO INDEVIDA DO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME

### FATO I – DESCRITIVOS (EMENDA PARLAMENTAR)

Ocorre que, após análise do objeto do edital, identificamos que trata-se de Emenda Parlamentar de 2025, referente a **Proposta nº 1129116 6000125009**, no valor de **R\$ 499.927,00**, conforme segue o documento em anexo.

Após pesquisa minuciosa dos itens licitados no site do FNS [https://investsuspaieis.saude.gov.br/extensions/CGIN\\_Painel\\_Equipamentos/CGIN\\_Painel\\_Equipamentos.html](https://investsuspaieis.saude.gov.br/extensions/CGIN_Painel_Equipamentos/CGIN_Painel_Equipamentos.html), pôde-se observar divergências no descritivo do oxímetro (item 47), contidos no termo de referência e o correspondente a proposta liberada e paga da referida Emenda.

Diante dos valores disponibilizados e efetivamente pagos pelo Ministério, entende-se que será imprescindível que a prestação de contas esteja em estrita conformidade com o processo licitatório, vinculado à verba da Emenda Parlamentar. No entanto, conforme evidenciado pelas sugestões públicas devidamente comprovadas, há uma clara necessidade de realinhamento entre o item previsto e a demanda da comunidade beneficiária. A readequação proposta visa não apenas garantir a transparência e legalidade do processo, mas também assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente, atendendo às reais necessidades coletivas.

Sendo assim, como é sabido, o Órgão, para realização de processo licitatório, deverá considerar os descritivos conforme sugestão do Ministério. O processo será uma aquisição através de Emenda Parlamentar, porém, com um termo de referência contendo item sem o descritivo mínimo estipulado no Ministério e o objetivo da impugnação é melhorar e padronizar a descrição desses itens, ampliando a competitividade e impedindo assim uma aquisição mal sucedida, bloqueio de verbas ou cancelamento de processo.

Dados da Proposta

Nº da Proposta

1129116000125009

Nº Porteira

7948

Tipo de Proposta

EQUIPAMENTO

Data Porteira

12/05/2025

Ano

2025

Valor Total de Empenho

R\$ 499.927,00

Valor da Proposta

R\$ 499.927,00

Valor a Pagar

R\$ 0,00

Dados da Situação da Proposta

Situação Atual da Proposta

LIBERADO PAGAMENTO FNS

Data da Última Atualização da Proposta

10/11/2025

Principais etapas da proposta

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

Dados do Parlamentar

Partido

PL

Nome Parlamentar

JOSQUIM PASSARINHO

Nº da Emenda

38020009

Ano

2025

Valor da Emenda

R\$ 499.927,00

- Para o processo licitatório, o proponente/conveniente deverá descrever toda a especificação técnica do item, compatibilizando no descritivo todas as características (agrupa dores) selecionadas no sistema, não devendo inserir ou retirar características que modifiquem seu porte e/ou seu valor.

Dessa forma, solicitamos a revisão do item supracitado, de modo a harmonizá-lo com as solicitações públicas documentadas, respeitando os critérios legais da licitação e otimizando o impacto social do recurso investido.

## CONCLUSÃO

Com o devido respeito e tendo como objetivo exclusivo ampliar a competitividade e assegurar a oferta precisa e adequada do oxímetro (item 47), é imprescindível que a Administração promova a estrita adequação da especificação técnica desse item, garantindo a plena regularidade do procedimento e a efetiva seleção da solução mais vantajosa para o interesse público.

### Onde se lê:

00047	OXÍMETRO PULSO
	OXÍMETRO PULSO : DE MESA PARA ATENDER ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS
	PARAMETROS: SATURACAO PERIFERICA DE OXIGENIO NO SANGUE (SPO2)
	MONITOR: TELA LCD COLORIDA DE ALTA RESOLUCAO, CURVA PLETISMOGRAFICA, DISPLAY CONFIGURAVEL
	SISTEMA SEGURANCA:
	ALARME AUDIOVISUAIS PARA ALTA E BAIXA FREQUENCIA DE PULSO E SATURACAO, BAIXA PERFUSAO, SENSOR DESCONECTADO, SITUACAO DA BATERIA
	SISTEMA ILUMINACAO: ILUMINACAO DE ALTO CONTRASTE PARA FACILITAR A VISUALIZACAO EM TODOS OS ANGULOS, MESMO EM CONDICAOES DE BAIXA LUMINOSIDADE
	CONFIGURACAO: PULSO FAIXA DE MEDICAO 30 A 250 BPM, SPO2 FAIXA DE MEDICAO: 0 A 100%, TEMPERATURA DE OPERACAO: 0 A 45 °C, TENDENCIAS TABULARES E GRAFICAS DE ATÉ 24 HORAS (MINUTO A MINUTO), ALIMENTACAO BIVOLT AUTOMATICO, ATRAVES DE BATERIA DE LITIO RECARREGAVEL INCORPORADO AO EQUIPAMENTO, COM AUTONOMIA DE NO MINIMO 4 A 5 HORAS
	ACESSORIOS: 01 BATERIA DE LITIO, 01 SENSOR DE SPO2 DE DEDO ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATO, 1 CABO DE ENERGIA, CAPA PROTETORA E UM MANUAL DE OPERACAO. Garantia mínima de 12 (doze) meses.
	3.00 UNIDADE 6.262,000 18.786,00

### Leia-se:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTDE
47	UNID	Oxímetro: TIPO TELA MEDIÇÃO LEITURA PERFUSÃO ALIMENTAÇÃO:DE MESA COM 1 SENSOR REUTILIZAVEL LCD COLORIDO DE 5 A10 POL 30 A 250BPM  0 A100 NA TELA BIVOLT E BATERIA APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA E CERTIFICADO DO INMETRO.	3



Cabe ressaltar que as correções mencionadas são imprescindíveis, conforme já informado, pois a incompatibilidade de diversas características poderá resultar na aquisição de equipamentos em desacordo com o que foi estipulado na Emenda Parlamentar. Ressalta-se ainda que os descritivos mencionados estão disponíveis de forma pública e transparente a todos os interessados, conforme previsto no site <https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento>, de acordo com cada Emenda."

\*\*\*\*\*

Registre-se que especificações indevidas podem ocasionar inúmeros prejuízos, e, inclusive, impedir a contratação mais vantajosa. Não sem razão esse é o posicionamento pacificado no Tribunal de Contas da União:

**Eventuais condicionantes constantes nas emendas não afastam o dever da Administração de definir o objeto de modo impessoal, tecnicamente justificado e compatível com o mercado**, sendo vedada a adoção de especificações que restrinjam o caráter competitivo da licitação sem motivação técnica idônea".

Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER

**A escolha da solução mais adequada compete à Administração executora**, devendo o edital refletir as necessidades reais do órgão ou entidade beneficiária, ainda que isso implique **adequações ou ajustes em relação à descrição original da emenda parlamentar**, desde que preservada a finalidade do recurso público.

Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário | Relator: Aroldo Cedraz

**Não configura irregularidade a existência de divergência entre o descritivo constante do edital e aquele indicado na proposta de emenda parlamentar**, desde que: a finalidade da emenda seja preservada, o objeto esteja tecnicamente fundamentado nos instrumentos de planejamento e sejam observados os princípios da competitividade, da isonomia, da economicidade e da impessoalidade, em consonância com a **Lei nº 14.133/2021**.

Jurisprudência do TCU.

A hipótese de *restrição à competitividade* não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, **deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame**.

Acórdão 2066/2016-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN2

Desta feita, portanto, imprescindível a realização de esclarecimentos por esta instituição, sob pena de caracterização de restrição à competitividade do certame.

### 3. DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos apresentados, respeitosamente, requer-se a realização de análise técnica e esclarecimentos para a devida correção em relação às especificações técnicas do item supracitado.

Por fim, a MACROSUL requer a suspensão da sessão pública de abertura das propostas até que este esclarecimento seja respondido, nos termos do julgado pelo TCU no acórdão nº 551/2008- Plenário.

Termos em que, pede-se deferimento.

Curitiba, 06 de Maio de 2026.

**COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.**

